

Ata n.º 9/2018

do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

No dia 18 de julho de 2018, pelas 15h10, teve início a reunião do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, presidida pelo Professor José Duarte Nogueira e secretariada pela Professora Elsa Dias Oliveira, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1. Acta da sessão anterior.**
- 2. Pessoal.**
- 3. Contratação de Professor Auxiliar convidado.**
- 4. Mestrados e doutoramentos.**
- 5. Regulamento da fraude.**
- 6. Cooperação jurídica.**
- 7. Relações internacionais.**
- 8. Outros assuntos e informações.**

Estiveram presentes, para além do Presidente e da Secretária, os Professores Miguel Teixeira de Sousa, Maria Fernanda Palma, Luís de Lima Pinheiro, Fernando Araújo, Dário Moura Vicente, Manuel Januário da Costa Gomes, Carlos Blanco de Moraes, Jorge Duarte Pinheiro, Miguel Nogueira de Brito, Miguel Moura e Silva, Pedro Caridade de Freitas e Miriam Afonso Brigas. O Professor António Menezes Cordeiro foi substituído pela Professora Elsa Dias Oliveira, o Professor Eduardo Paz Ferreira foi substituído pela Professora Nazaré Costa Cabral, o Professor Luís de Menezes Leitão foi substituído pelo Professoro Pedro Romano Martinez, a Professora Maria do Rosário Palma Ramalho foi substituída pelo Professor Alexandre Sousa Pinheiro, o Professor Vasco Pereira da Silva foi substituído pelo Professor Renato Gonçalves, a Professora Maria João Estorninho foi substituída até às 15h30 pelo Professor Nuno Cunha Rodrigues, a Professora Ana Maria Guerra Martins foi substituída pela Professora Ana Soares Pinto, a Professora Ana Paula Dourado foi substituída entre as 15h30 e as 16h15 pelo Professor Nuno Cunha Rodrigues, a Professora Margarida Salema foi substituída pelo Professor Fernando Loureiro Bastos, o Professor Lourenço Vilhena de Freitas foi substituído pelo Professor Pedro Fernández Sanches após as 16h30 e a Professora

Helena Morão foi substituída pelo Professor David Duarte. O Professor Paulo Sousa Mendes esteve presente na qualidade de Presidente da Comissão de Estudos Pós-Graduados.

1. Ponto 1 (Atas das sessões anteriores).

Foi aprovada por unanimidade a ata da sessão do Conselho Científico de 27 de junho de 2018 e o aditamento à ata da sessão do Conselho Científico de 2 de maio de 2018 conforme documento 1 em anexo.

2. Ponto 2 (Pessoal)

2.1. Foi aprovado por unanimidade pelo Conselho Científico a designação do Professor Rui Filipe Soares Pereira para lecionar Direito Processual Penal no 1.º semestre do ano letivo de 2018/2019 na Academia Militar.

2.2. Foi aprovado por unanimidade pelo Conselho Científico a designação do Professor Marco Alexandre da Silva Capitão Costa Ferreira para lecionar Direito Fiscal e Direito da Ordenação Social no 2.º semestre do ano letivo de 2018/2019 na Academia Militar.

2.3. Foi dado conhecimento ao Conselho de que a Doutora Sónia Rute Santos Viana, que concluiu doutoramento em 5 de junho de 2018, requereu a passagem a Professora Auxiliar.

2.4. Foi aprovada a distribuição de serviço docente para o ano letivo de 2018/2019 para o Grupo de Ciências Histórico-Jurídicas.

3. Ponto 3 (Contratação de Professor Auxiliar convidado).

3.1. Foi deliberada por unanimidade a contratação como Professora Auxiliar Convidada da Doutora Sandra Lopes Luís para ao Grupo de Ciências Jurídico-Políticas, por períodos de 2 anos renováveis. Nos termos legais a contratação é feita em regime de 50%.

3.2. Foi deliberado por unanimidade, que a contratação como Professor Auxiliar Convidado do Doutor João José Marques Martins para ao Grupo de Ciências Jurídicas, é feita por períodos de 2 anos, renováveis. Nos termos legais a contratação é feita em

regime de 50%.

4. Ponto 4 (Mestrados e doutoramentos).

4.1. No que concerne ao Mestrado em Direito.

4.1.1. O Professor Paulo Sousa Mendes, na qualidade de Presidente da Comissão de Estudos Pós-Graduados, apresentou ao Conselho o Relatório dos 2.º e 3.º Ciclos de Estudos e fez o balanço das candidaturas para o ano letivo de 2018/2019. Deu ainda conhecimento que tinham sido autorizadas vagas adicionais para o Mestrado e Doutoramento pela A3ES. Seguiu-se debate em que participaram os Professores Fernando Loureiro Bastos, Maria Fernanda Palma, Jorge Duarte Pinheiro, Luís de Lima Pinheiro, Manuel Januário da Costa Gomes, Carlos Blanco de Moraes, Miguel Teixeira de Sousa e Pedro Romano Martinez. Na sequência o Conselho aprovou por unanimidade a seguinte recomendação:

“Tendo o Conselho Científico tomado conhecimento de que a A3ES autorizou, excepcionalmente, no dia 17 do presente, para o ano letivo de 2018/2019, (i) um número adicional de 100 vagas para o Mestrado em Direito e Ciência Jurídica e (ii) um número adicional de 35 vagas para o Doutoramento, o Conselho recomenda ao Senhor Diretor da Faculdade e à Comissão Científica de Estudos Pós-Graduados que seja promovida a abertura de um concurso para o Mestrado em Direito e Ciência Jurídica e para o Doutoramento, nos quais serão automaticamente integrados, a não ser que o não aceitem, os candidatos que não tenham sido graduados no concurso que encerrou em 15 de junho pretérito. Mais recomenda o Conselho Científico que, na seleção dos concorrentes sejam considerados os critérios para a seleção previstos no n.º 2 do art. 23.º do Regulamento dos Mestrados e dos Doutoramentos”.

4.1.2. Foi lida carta enviada pelo Professor Jorge Miranda ao Conselho na qual dava conta de algum desconforto por ter constatado que constava como orientador de orientandos cuja orientação não tinha aceitado. Na sequência o Presidente recordou o procedimento seguido na Divisão Académica no que respeita à transmissão dos pedidos de orientação de mestrado e de doutoramento junto dos docentes indicados e à subsequente aprovação em Conselho quando não havia indicação em contrário.

Seguiu-se debate acerca do modo como os Professores Jubilados deveriam ser



informados dos pedidos de orientação e como deveria ser obtida a confirmação da respetiva aceitação, com intervenções dos Professores Miguel Moura e Silva, Maria João Estorninho, Carlos Blanco de Moraes e Jorge Duarte Pinheiro. Foi recomendado que, no caso dos Professores Jubilados e Aposentados, as orientações solicitadas, tal como chegavam à Divisão Académica, fossem transmitidas ao Grupo respetivo e comunicadas por contacto direto ao Orientador sob indicação do seu Presidente.

4.1.3. O Conselho aprovou por unanimidade a constituição do júri de Mestrado em História do Direito (Mestrado Científico) de Eplanga Homero Desidério (documento 2).

4.1.4. O Conselho aprovou por unanimidade a constituição do júri de Mestrado em Teoria do Direito (Mestrado Científico) de Guilherme Pratti dos Santos Magioli e Sâmia Silva Gallego Campos Tavares (documento 3).

4.1.5. O Conselho aprovou por unanimidade a constituição do júri de Mestrado em Ciências Jurídico-Criminais (Mestrado Científico), de Ana Margarida Rodrigues Caldeira, Antonieta Lúcia Maroja Arcoverde Nóbrega, Camila Pinto Bittencourt, Eva Inês Fernandes Lourenço, Lam Iok Heng, Luíz Antonio Moraes Lento Peixoto da Costa, Nivaldo Rodrigues Machado Filho, Rivaldo Pereira Neto, Sílvio Leite Guimarães Neto e Thiago Hartmann Martinez (documento 4).

4.1.6. O Conselho aprovou por unanimidade a constituição do júri de Mestrado em Ciências Jurídico-Forenses (Mestrado Profissionalizante) de Mónica Marley de Sá Nogueira Cooper (documento 5).

4.1.7. O Conselho aprovou por unanimidade a constituição do júri de Mestrado em Finanças Públicas e Privadas (Mestrado Científico) de Elias de Oliveira Tomé, Olavo Fonseca da Silva e Rui Jorge Ferreira Santos Aníbal (documento 6).

4.1.8. O Conselho aprovou por unanimidade a constituição do júri de Mestrado em Economia e Análise Económica (Mestrado Científico) de André Livinalli Wedy (documento 7).

4.1.9. O Conselho aprovou por unanimidade a constituição do júri de Mestrado em Direitos Fundamentais (Mestrado Científico) de Amanda Schefer Gostinski, Caroline Cendron, Raineri Ramos Ramalho de Castro, Agenor Gomes Pinto Neto, Amanda Schefer Gostinski, Andreia Nilson da Silva, Eliane Brito Monteiro (documento



8).

4.1.10. O Conselho aprovou por unanimidade a constituição do júri de Mestrado em Direito Fiscal (Mestrado Científico) de Fernanda Guimarães Dornelles, Nuno Miler Bastos, Ana Sofia Gonçalves Marieiro, José Alexandre Costa neto, José Pedro Santos de Sousa Barros, Margarida Maria da Costa reis Canada Abreu, Mariana Baptista de Freitas, Maria Cristina Alvelos Alegro Figueiredo, Paulo Alexandre Grilo Galveia Margalho, Rita João da Silva Costa e Salomão Mandu da Silva Júnior (documento 9).

4.1.11. O Conselho aprovou por unanimidade a constituição do júri de Mestrado em Direito Administrativo (Mestrado Científico) de Filipe Rodrigues Meirinho, Manuel Graça Manjolo, André Quiroz de Melo, Fábio Santos Macedo, Emanuel Ponte Frota Neves Júnior, Ivo Tiago Ataíde Xavier, João Freitas Mendes, João Sequeira Sena, Maria Brant de Almeida Bastos, e Mariana Capistrano Sarinho Paiva (documento 10).

4.1.12. O Conselho aprovou por unanimidade a constituição do júri de Mestrado em Ciências Jurídico-Internacionais (Mestrado Científico) de William da Fonseca Lemos, Carlos Renan Rodrigues da Silveira, Carolina Barros de Carvalho, Karyn Yukari Seki e Renato Younes Quatrin (documento 11).

4.1.13. O Conselho aprovou por unanimidade a constituição do júri de Mestrado em Ciências Jurídico-Ambientais (Mestrado Científico) de André Constant Dickstein, Flávia Roberti Ferreira, Kepler Gomes Ribeiro, Daniela Ferreira Quiroz, Diego Felipe Farias Pereira de Andrade, Duarte Filipe Silva Rodrigues, Mariana d Freitas Barros Campos Ramos, Monique Mosca Gonçalves, Nathalie Carvalho Giordano Macedo e Thyaga Emmanuela Barbosa Galdino de Lira (documento 12).

4.1.14. O Conselho aprovou por unanimidade a constituição do júri de Mestrado em Direito Constitucional (Mestrado Científico) de Bruno Marinho Guimarães Mendes, Daniela Gomes Oppitz, Domingos Jorge Gomes Pereira, Ezequiel da Silva Leite, Glaucio de Lima e Castro, Leonardo David Quintiliano, Michelle Valéria Macedo Silva, Pedro Léo Alves da Costa, Pedro Octávio de Niemeyer, Rafael Lira Monteiro, Raquel Passos Maia, Tiago Gontijo Cunha e Yury Scardua Meneghel (documento 13).

4.1.15. O Conselho aprovou por unanimidade a constituição do júri de Mestrado em Ciências Política (Mestrado Científico) de André Filipe de Lima Costa, Caroline

Costa Bernardo, Eduardo Dumbo Valeriano e Renan Gabriel Wozniack (documento 14).

4.1.16. O Conselho aprovou por unanimidade a constituição do júri de Mestrado em Direito Internacional e Relações Internacionais (Mestrado Profissionalizante) de João Augusto Gomes Ramos (documento 15).

4.1.17. O Conselho aprovou por unanimidade a constituição do júri de Mestrado em Direito Comercial (Mestrado Científico) de Arnaldo de Lima Borges neto, Bárbara Felix Fazzano Gadig, Catarina Baptista Gomes, Celina Isabel Dias Videira, Diana Raquel Serrinha Rosa, Ingrid Abreu Biondi Castro e Derick de Mendonça Rocha (documento 16).

4.1.18. O Conselho aprovou por unanimidade a constituição do júri de Mestrado em Direito Intelectual (Mestrado Científico) de Augusto Manuel Pereira Portela, Alexandra Cristina Saraiva Fonseca, Inês Maria Petiz de Castro Viana, Kátia Karime Lima dos Santos e Maria Catarina Nazaré de Jesus Videira Louro (documento 17).

4.1.19. O Conselho aprovou por unanimidade a constituição do júri de Mestrado em Ciências Jurídico-Laborais (Mestrado Científico) de Abílio Souza e Silva Neto, Adroaldo Neto Muller Lopes, João Paulo Rodrigues Ribeiro, Matilde Figueiredo Oliveira e Taisa Pinheiro Mendonça (documento 18).

4.1.20. O Conselho aprovou por unanimidade a constituição do júri de Mestrado em Ciências Jurídicas (Mestrado Científico) de Ana Rita Ribeiro Macedo, Andrea de Almeida Quintela da Silva, Carla de Calvo Dantas, Célia Cerqueira Bezerra, Henrique Jay Kossengue, Joana Lopes Pereira, Luís Felipe Silva e Renê da Silva Freitas (documento 19).

4.1.20. O Conselho aprovou por unanimidade a constituição do júri de Mestrado em Direito Bancário e dos Seguros (Mestrado Científico) de João Artur Pereira Serras e Melissa Tavares de carvalho (documento 20).

4.1.21. O Conselho aprovou por unanimidade a constituição do júri de Mestrado em Ciências Jurídico-Forenses (Mestrado Profissionalizante) de Vanessa Filipa Barata Gonçalves (documento 21).

4.1.22. O Conselho aprovou por unanimidade a alteração de constituição do júri de Mestrado em Ciências Jurídico-Internacionais de Isabela Bailune Pacifici

(documento 22).

4.2. No que concerne ao Doutoramento em Direito.

4.2.1. O Conselho aprovou por unanimidade a constituição do júri de Doutoramento na especialidade de Ciências Jurídico-Políticas de Lucas Fonseca e Melo, conforme documento 23 em anexo.

4.2.2. O Conselho aprovou por unanimidade o convénio de elaboração de tese de doutoramento em regime de cotutela internacional relativa a Márcia Cristina dos Santos Rêgo, conforme documento 24 em anexo.

4.2.3. O Conselho aprovou por unanimidade a admissão à preparação da tese de doutoramento com dispensa da parte curricular de Rodrigo da Silva Brandalise, conforme documento 25 em anexo.

4.2.4. O Conselho deliberou não conceder a dispensa da parte curricular do curso de doutoramento a Eduardo Augusto da Silveira, conforme documento 26 em anexo, com 12 votos contra e 12 abstenções.

4.2.5. O Conselho deliberou não conceder a dispensa da parte curricular do curso de doutoramento a Hauler dos Santos Fonseca, conforme documento 27 em anexo, com 20 votos contra e 5 abstenções.

4.2.6. O Conselho considerou que não existiam elementos suficientes para apreciar os pedidos de readmissão à preparação da tese de doutoramento de Fernando Braga Damasceno e de Henrique Bastos Rocha, conforme documentos 28 e 29 em anexo.

4.3. No que concerne ao Pós-Doutoramento em Direito.

O Conselho aprovou por unanimidade a conclusão do Programa de Pós-Doutoramento de Oscar Ivan Prux conforme documento 30 em anexo.

5. Ponto 6 (Cooperação Jurídica).

O Professor Dário Moura Vicente apresentou o Relatório das Atividades de Cooperação de 2017/2018, que foi aprovado por unanimidade (documento 31 em anexo).



6. Ponto 7 (Relações Internacionais).

O Professor Nuno Cunha Rodrigues informou o Conselho que lhe tinha sido atribuída em julho de 2018, pela Comissão Europeia, uma Cátedra Jean Monnet. Os membros do Conselho Científico felicitaram o Professor Nuno Cunha Rodrigues pelo facto.

7. Ponto 5 (Regulamento da Fraude).

Passou-se ao debate e aprovação na especialidade do Regulamento da Fraude, tendo como base o texto que para o efeito já havia sido previamente distribuído (documento 32 em anexo).

O art. 1.º foi aprovado por unanimidade.

O art. 2.º foi debatido tendo participado na discussão os Professores Miguel Moura e Silva, Luís de Lima Pinheiro e Miguel Teixeira de Sousa. O art. 2.º foi aprovado por unanimidade passando a ter a seguinte redação: “O estudante de mestrado e de doutoramento deve ser o único e exclusivo autor dos trabalhos académicos e das provas de avaliação apresentados e realizados nos ciclos de estudo de mestrado e de doutoramento lecionados na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, de acordo com os mais elevados padrões de ética académica”.

O art. 3.º foi debatido tendo participado na discussão os Professores Miguel Moura e Silva, Luís de Lima Pinheiro, Manuel Januário da Costa Gomes e Dário Moura Vicente. O artigo foi aprovado por unanimidade com a seguinte alteração: onde se lê publicado deve ler-se “publicado”.

O art. 4.º foi debatido tendo participado na discussão os Professores Miguel Moura e Silva e Manuel Januário da Costa Gomes. Este Professor ficou de apresentar nova redação para esta disposição.

O art. 5.º foi debatido tendo participado na discussão os Professores Miguel Moura e Silva e Maria Fernanda Palma. O artigo foi aprovado por unanimidade.

O art. 6.º foi debatido tendo participado na discussão os Professores Dário Moura Vicente, Manuel Januário da Costa Gomes, Maria Fernanda Palma, Luís de Lima Pinheiro, Miguel Moura e Silva, Carlos Blanco de Moraes e Miguel Teixeira de



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Sousa. Concluiu-se que o artigo necessitava de ser reformulado.

Atento o interesse do tema expresso nas numerosas intervenções, mas tendo em conta o adiantado da hora, o Professor Miguel Teixeira de Sousa sugeriu que na próxima reunião do CC fossem apresentadas as propostas de redação para os artigos cuja reformulação fora deliberada (4º e 6º) e, eventualmente, para os seguintes em relação aos quais os Conselheiros discordassem da redação proposta.

8. Ponto 8 (Outros assuntos e informações).

A Professora Fernanda Palma informou o Conselho da realização do Curso Intensivo sobre o Regime penal e Contraordenacional da Proteção de Dados e do IV Curso de Outono sobre o Processo das Contraordenações Económicas, no âmbito do IDPCC, durante o próximo ano letivo.

Dado o adiantado da hora, o Presidente deu por encerrada a sessão pelas 18H45, ficando adiados os pontos da OT que não chegaram a ser tratados.

O Presidente do Conselho Científico

Professor Doutor José Duarte Nogueira

A Secretária do Conselho Científico

Professor Doutora Elsa Dias Oliveira

Aditamentos ao ponto 6 da Ata n.º 6/2018
do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
realizado no dia 2 de maio de 2018

Aditamento por, devido a lapso, não obstante ter sido deliberado, não ter ficado exarado na ata:

6.2. No que concerne ao Doutoramento em Direito.

6.2.5. O Conselho aprovou por unanimidade a constituição do júri de Doutoramento em Direito, Especialidade em Ciências Jurídico-Políticas, de Patrícia Henriques Ribeiro conforme documento 24a em anexo.

O Presidente do Conselho Científico

Professor Doutor José Duarte Nogueira



A Secretária do Conselho Científico

Professor Doutora Elsa Dias Oliveira



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

MESTRADO EM DIREITO- PERFIL: HISTÓRIA DO DIREITO (MESTRADO CIENTÍFICO)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Epalanga Homero Desidério Visandule n.º 25563 05/06/2018	O Preço no Direito Romano até à realidade do nosso Código Civil	Prof. Doutor Eduardo Vera-Cruz	Prof. Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto Prof.ª Doutora Sofia Henriques Prof. Doutor Filipe de Arede Nunes Prof.ª Doutora Ana Fouto (arguente)



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

MESTRADO EM DIREITO- PERFIL: TEORIA DO DIREITO (MESTRADO CIENTÍFICO)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Guilherme Pratti dos Santos Magioli n.º 27405 8/06/2018	“Uma compreensão Hermenêutica das transformações do Direito”	Prof. Doutor Pedro Barbas Homem	Prof. Doutor Pedro Barbas Homem Prof.ª Doutora Sílvia Alves Prof. Doutor Luís Pereira Coutinho Prof. Doutor Miguel Romão (arguente)
Sâmia Silva Gallego Campos Tavares n.º 26887 08/06/2018	O aspecto axiológico do Direito como base e como limite da atividade interpretativa criativa	Prof.ª Doutora Miriam Afonso Brigas	Prof.ª Doutora Míriam Brigas Prof.ª Doutor Elsa Dias Oliveira Prof.ª Doutora Margarida Seixas (arguente) Prof. Doutor Miguel Romão



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

MESTRADO EM DIREITO- PERFIL: CIENCIAS JURIDICO-CRIMINAIS (MESTRADO CIENTÍFICO)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Ana Margarida Rodrigues Caldeira n.º 25697 8/06/2018	“Da imputação, à sociedade dominante, da conduta ilícita da dominada no âmbito do Direito da Concorrência. Considerações à luz do princípio da presunção de inocência e à luz da jurisprudência do TJUE”	Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes	Prof. Doutor Augusto Silva Dias(Presidente) Prof. Doutor P.Sousa Mendes(orientador) Prof. Doutor Prata Roque Prof. Doutora Alexandra Vilela(arguente) Prof. Doutor Nuno Cunha Rodrigues
Antonieta Lúcia Maroja Arcoverde Nóbrega n.º 27269 6/06/2018	“Cérebro Adolescente e Responsabilidade Penal - das neurociências para o direito, uma falácia?.”	Prof. Doutor Augusto Silva Dias	Prof. Doutora Fernanda Palma(Presidente) Prof. Doutor Augusto Silva Dias(orientador) Prof. Doutora Ana Bárbara Sousa e Brito (arguente) Prof. Doutora Helena Morão



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Camila Pinto Bittencourt n.º 27553 8/06/2018	“Sobrelotação Carcerária e poder judicial: Uma relação ambivalente”	Prof. Doutor Augusto Silva Dias	Prof. Doutora Fernanda Palma (Presidente) Prof. Doutor Augusto Silva Dias(orientador) Prof. Doutora Inês Ferreira Leite (arguente) Prof. Doutora Helena Morão
Eva Inês Fernandes Lourenço n.º 25080 8/06/2018	“Buscas e Inspeções como veículos na Investigação de Práticas Restritivas da Concorrência: Transmissibilidade da prova.”	Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes	Prof. Doutor Augusto Silva Dias(Presidente Professor Doutor Paulo de Sousa Mendes(orientador) Prof. Doutor Rui Soares Pereira Prof. Doutor Miguel Moura e Silva (arguente)
Lam Iok Heng n.º 25422 8/06/2018	“O Problema da Leitura (ou reprodução) das declarações processuais do arguido anteriores ao julgamento e o direito ao silêncio - Uma perspetiva à luz dos ordenamentos jurídicos de Macau, da China e de Portugal.”	Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes	Prof. Doutor Augusto Silva Dias(Presidente) Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes(orientador) Prof. Doutor Rui Soares Pereira(arguente) Prof. Doutor Francisco Aguilar



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

<p>Luiz Antonio Moraes Lento Peixoto da Costa n.º 25668 5/06/2018</p>	<p>“Maus tratos aos animais e o direito Penal: Implicações para a Doutrina do Bem Jurídico.”</p>	<p>Prof. Doutor Augusto Silva Dias</p>	<p>Prof. Doutora Fernanda Palma (presidente) Prof. Doutor Augusto Silva Dias(orientador) Prof. Doutora Teresa Quintela (arguente) Prof. Doutora Inês Ferreira Leite</p>
<p>Nivaldo Rodrigues Machado Filho n.º 27168 5/06/2018</p>	<p>“As Gravações de Voz e Imagem obtidas (I) Licitamente por particulares e o regime de proibições de prova no processo Penal.”</p>	<p>Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes</p>	<p>Prof. Doutora Fernanda Palma (presidente) Prof. Doutor Augusto Silva Dias Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes(orientador) Prof. Doutora Helena Morão (arguente)</p>
<p>Rivaldo Pereira Neto n.º 27500 4/06/2018</p>	<p>“Poderes oficiosos em matéria probatória e a imparcialidade do juiz penal”</p>	<p>Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes</p>	<p>Prof. Doutor Augusto Silva Dias(Presidente) Prof. Doutor Paulo de Sousa Mendes(orientador) Prof. Doutora Helena Morão Prof. Doutor Francisco Aguilár(arguente)</p>



FACULDADE DE DIREITO

UNIVERSIDADE DE LISBOA

<p>Sílvia Leite Guimarães Neto n.º 25237 12/06/2018</p>	<p>“Uma teoria da Pena baseada na Vítima: a busca pela satisfação do individuo vitimado como finalidade da pena”</p>	<p>Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes</p>	<p>Prof. Doutor Augusto Silva Dias(Presidente) Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes(orientador) Prof. Doutora Helena Morão Prof. Doutora Inês Ferreira Leite(arguente)</p>
<p>Thiago Hartmann Martinez n.º 27019 8/06/2018</p>	<p>“Os direitos fundamentais x segurança publica: a admissibilidade de métodos ocultos de investigação criminal em ambiente digital”</p>	<p>Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes</p>	<p>Prof. Doutor Augusto Silva Dias(Presidente) Prof. Doutor Paulo de Sousa Mendes(orientador) Prof. Doutora Inês Ferreira Leite Prof. Doutor Rui Soares Pereira(arguente)</p>



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES (MESTRADO PROFISSIONALIZANTE)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Monica Marley de Sá Nogueira Cooper n.º 25573 29/05/2018	"Crianças Talibés: Práticas Religiosas ou Violação dos Direitos Fundamentais dos Menores na Guiné- Bissau. Tráfico de Menor e instrumentos de proteção	Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes	Prof. Doutor Augusto Silva Dias (Presidente) Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes (orientador) Prof. Doutor Francisco Aguilar (arguente)



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

MESTRADO EM DIREITO- PERFIL: FINANÇAS PÚBLICAS E PRIVADAS (MESTRADO CIENTÍFICO)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Elias de Oliveira Tomé n.º 25604 7/06/2018	“O Desenvolvimento Económico em África: Realizações e Constrangimentos	Prof. Doutor Eduardo Paz Ferreira	Prof. Doutor Eduardo Paz Ferreira (presidente e orientador) Prof. Doutor Dário Moura Vicente Prof. Doutor José Renato Gonçalves (arguente) Prof. Doutor Nuno Cunha Rodrigues
Olavo Fonseca da Silva n.º 27531 8/06/2018	“Autonomia do Banco Nacional de Angola: Um Pressuposto de Eficiência do Sistema Financeiro e da Política Macroeconómica	Prof.ª Doutora Rute Saraiva	Prof.ª Doutora Paula Vaz Freire (presidente) Prof.ª Doutora Rute Saraiva (orientadora) Prof. Doutor Marco Capitão Ferreira (arguente) Prof. Doutor António Barreto Menezes Cordeiro



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

<p>Rui Jorge Ferreira Santos Aníbal n.º 25487 5/06/2018</p>	<p>“Da nova (Des) Arquitetura Regulatória e de Supervisão do Setor Financeiro: Reflexões a propósito da União Bancária Europeia, em Especial sobre o Mecanismo Único de Resolução Bancária.”</p>	<p>Prof.ª Doutora Maria Eduarda Azevedo</p>	<p>Prof. Doutor Luís Morais (presidente) Prof. Doutor José Renato Gonçalves Prof.ª Doutora Maria Eduarda Azevedo (orientadora) Prof. Doutor Nuno Cunha Rodrigues (arguente)</p>
---	--	---	---



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

MESTRADO EM DIREITO- PERFIL: ECONOMIA E ANÁLISE ECONÓMICA DO DIREITO (MESTRADO CIENTÍFICO)

<p>André Livinalli Wedy n.º 27235 1/06/2018</p>	<p>“O ativismo Judicial sob a ótica da teoria da escolha Pública</p>	<p>Prof. Doutor Fernando Araújo</p>	<p>Prof.a Doutora Paula Vaz Freire (presidente) Prof. Doutor Fernando Araújo (orientador) Prof. Doutor Miguel Patrício (arguente) Prof. Doutor Jaime Valle</p>
---	--	-------------------------------------	--



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

MESTRADO EM DIREITO- PERFIL: DIREITOS FUNDAMENTAIS (MESTRADO CIENTÍFICO)

<p>Amanda Schefer Gostinski n.º 27160 8/06/2018</p>	<p>“Oportunismo na mediação familiar: consensualidade e litigiosidade no acesso à justiça sob a perspectiva da análise econômica do direito</p>	<p>Prof. Doutor Fernando Araújo</p>	<p>Prof. Doutor Pedro Romano Martinez (presidente) Prof. Doutor Fernando Araújo (orientador) Prof.ª Doutora Paula Vaz Freire Prof. Doutor Miguel Patrício (arguente)</p>
<p>Caroline Cendron n.º 27262 5/06/2018</p>	<p>“Os Direitos das Gerações Futuras: Um contributo para a Formação de uma perspectiva Interdisciplinar</p>	<p>Prof.ª Doutora Nazaré Costa Cabral</p>	<p>Prof.ª Doutora Nazaré Costa Cabral (presidente e orientadora) Prof.ª Doutora Carla Amado Gomes (arguente) Prof.ª Doutora Rute Saraiva (vogal) Prof.ª Doutora Raquel Alexandra Brízida Castro (vogal)</p>



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

MESTRADO EM DIREITO- PERFIL: DIREITOS FUNDAMENTAIS (MESTRADO CIENTÍFICO)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Raineri Ramos Ramalho de Castro n.º 25698 18/04/2018	“A Influência do Neoconstitucionalismo na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal relativa aos Direitos de Liberdade”.	Prof. Doutor José Melo Alexandrino	Prof. Doutor Nogueira de Brito (Presidente) Vitalino Canas (Arguente) Prof. Doutor Raquel Brízida Castro



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

MESTRADO EM DIREITO- PERFIL: DIREITOS FUNDAMENTAIS (MESTRADO CIENTÍFICO)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Agenor Gomes Pinto Neto n.º 25607 29/05/2018	“A relevância constitucional do direito a moradia adequada nas remoções forçadas fundadas em questões ambientais”	Prof.ª Doutora Ana Neves	Prof. Doutor Ana Martins (Pres) Prof. Doutor Carla Gomes (Arg) Prof. Doutor Pedro Moniz Lopes Prof. Doutor
Amanda Schefer Gostinski n.º 27160 8/06/2018	“Oportunismo na mediação familiar: consensualidade e litigiosidade no acesso à justiça sob a perspectiva da análise econômica do direito	Prof. Doutor Fernando Araújo	Prof. Doutor Pedro Romano Martinez (presidente) Prof. Doutor Fernando Araújo(orientador) Prof.a Doutora Paula Vaz Freire Prof. Doutor Miguel Patrício (arguente)
Andreia Nilson da Silva n.º 25464 5/06/2018	“Ideias para Reforma Política no Brasil a partir do Novo Constitucionalismo Latino-Americano	Prof. Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto	Prof. Doutor Carlos Blanco de Morais (Pres) Prof. Doutor José Alexandrino Prof. Doutor Jaime Valle



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Caroline Cendron n.º 27262 5/06/2018	“Os Direitos das Gerações Futuras: Um contributo para a Formação de uma perspectiva Interdisciplinar	Prof.ª Doutora Nazaré Costa Cabral	Prof. Doutor Loureiro Bastos Prof. Doutor João Miranda (arg) Prof. Doutor Sandra Lopes Luís
Eline Brito Monteiro n.º 25592 8/06/2018	“Os direitos fundamentais e a necessidade de aplicação dos mecanismos de alteração constitucional em tempos de crise	Prof.ª Doutora Ana Neves	Prof. Doutor Carlos Blanco de Morais (Pres) Prof. Doutor Melo Alexandrino (Arg) Prof. Doutor Pedro sanchez



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

MESTRADO EM DIREITO- PERFIL: DIREITO FISCAL (MESTRADO CIENTÍFICO)

<p>Fernanda Guimarães Dornelles n.º 27320 7/06/2018</p>	<p>A Lei N. 13.254/2016: Um estudo sobre o regime excepcional de Anistia Tributária. Aspectos e perspectivas sobre a questão</p>	<p>Prof. Doutor Fernando Araújo</p>	<p>Prof.ª Doutora Ana Paula Dourado (presidente) Prof. Doutor Fernando Araújo (orientador) Prof.ª Doutora Paula Rosado Pereira (arguente) Prof. Doutor Miguel Patrício</p>
<p>Nuno Miler Bastos n.º 15152 5/06/2018</p>	<p>Não Retroatividade das Leis em Matéria Tributária</p>	<p>Prof. Doutor Paulo Otero</p>	<p>Prof. Doutor Fernando Araújo (presidente) Prof. Doutor Paulo Otero (orientador) Prof.ª Doutora Ana Paula Dourado (arguente) Prof. Doutor Gustavo Courinha</p>
<p>Ana Sofia Gonçalves Marieiro n.º 22199 6/06/2018</p>	<p>Tributação do Património: Função Redistributiva dos Impostos?</p>	<p>Prof.ª Doutora Paula Rosado Pereira</p>	<p>Prof.ª Doutora Ana Paula Dourado (presidente) Prof. Doutor Carlos Lobo (arguente) Prof.ª Doutora Paula Rosado Pereira (orientadora) Prof.ª Doutora Rute Saraiva (vogal)</p>



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

<p>José Alexandre Costa Neto n.º 12346502 04/06/2018</p>	<p>A Reforma da Tributação Indireta no Brasil com base nos Sistemas Europeu do IVA e Canadiano</p>	<p>Prof.ª Doutora Ana Paula Dourado</p>	<p>Prof.ª Doutora Ana Paula Dourado (presidente e orientadora) Prof.ª Doutora Rita Lá Feria (arguente) Prof.ª Doutora Paula Rosado Pereira (vogal) Prof. Doutor Miguel Patrício (vogal)</p>
<p>José Pedro Santos de Sousa Barros n.º 18667 05/06/2018</p>	<p>Debt bias como instrumento de planeamento fiscal</p>	<p>Prof.ª Doutora Ana Paula Dourado</p>	<p>Prof.ª Doutora Ana Paula Dourado (presidente e orientadora) Prof. Doutor José Renato Gonçalves (vogal) Prof. Doutor Miguel Moura e Silva (vogal) Prof. Doutor Gustavo Courinha (arguente)</p>
<p>Margarida Maria da Costa Reis Canada Abreu n.º 25258 5/06/2018</p>	<p>Limites do Juízo de Discriminação segundo o Tribunal de Justiça – Disparidades e Comparação Horizontal</p>	<p>Prof.ª Doutora Ana Paula Dourado</p>	<p>Prof.ª Doutora Ana Paula Dourado (presidente e orientadora) Prof.ª Doutora Paula Rosado Pereira (vogal) Prof. Doutor Nuno Cunha Rodrigues (vogal) Prof. Doutor Gustavo Courinha (arguente)</p>



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Mariana Baptista de Freitas n.º 21873 8/06/2018	O Novo Adicional ao IMI	Prof.ª Doutora Paula Rosado Pereira	Prof.ª Doutora Ana Paula Dourado (presidente) Prof. Doutor Carlos Lobo (arguente) Prof.ª Doutora Paula Rosado Pereira (orientadora) Prof. Doutor Alexandre Sousa Pinheiro (vogal)
Maria Cristina Alvelos Alegro Figueiredo n.º 19729 1/06/2018	A Ação 3 do BEPS Action Plan: das primeiras recomendações à sua adoção no ordenamento jurídico europeu - A Nova Era Pós-BEPS	Prof.ª Doutora Ana Paula Dourado	Prof.ª Doutora Ana Paula Dourado (presidente e orientadora) Prof.ª Doutora Paula Rosado Pereira (arguente) Prof. Doutor Nuno Cunha Rodrigues (vogal) Prof. Doutor Gustavo Courinha (vogal)
Paulo Alexandre Grilo Galveia Margalho n.º 25340 8/06/2018	A poupança fiscal na gestão das sociedades e a encruzilhada entre o desejo de obter lucro e a necessidade de cumprir os ditames da fiscalidade	Prof. Doutor Gustavo Courinha	Prof.ª Doutora Ana Paula Dourado (presidente) Prof.ª Doutora Paula Rosado Pereira (arguente) Prof. Doutor Nuno Cunha Rodrigues (vogal) Prof. Doutor Gustavo Courinha (orientador)



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

<p>Rita João da Silva Costa n.º 26910 7/06/2018</p>	<p>Da Compatibilidade das Regras de Limitação de Benefícios com o Direito da União Europeia. Em busca do equilíbrio entre o ideal e o justo.</p>	<p>Prof.ª Doutora Ana Paula Dourado</p>	<p>Prof.ª Doutora Ana Paula Dourado (presidente e orientadora) Prof.ª Doutora Paula Rosado Pereira (vogal) Prof. Doutor Pedro Infante Mota (vogal) Prof. Doutor Gustavo Courinha (arguente)</p>
<p>Salomão Mandu da Silva Júnior n.º 27528 7/06/2018</p>	<p>Limitação no poder de tributar e a variabilidade de Alíquotas à luz da igualdade tributária.</p>	<p>Prof. Doutor Gustavo Courinha</p>	<p>Prof.ª Doutora Ana Paula Dourado (presidente) Prof.ª Doutora Paula Vaz Freire (arguente) Prof.ª Doutora Nazaré Cabral (vogal) Prof. Doutor Gustavo Courinha (orientador)</p>



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

MESTRADO EM DIREITO- PERFIL: DIREITO ADMINISTRATIVO (MESTRADO CIENTÍFICO)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Filipe Rodrigues Meirinho n.º 27196 10/05/2018	"A impugnação judicial administrativa das normas regulamentares das entidades reguladoras".	Prof.ª Doutora Ana Neves	Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva (Pres) Prof. Doutor Pedro Moniz Lopes (Arg) Prof. Cunha Rodrigues
Manuel Graça Manjolo n.º 26920 03/05/2018	"Acesso à Justiça Administrativa no Ordenamento Jurídico Angolano: Um Contributo para a sua compreensão".	Prof. Doutor Pedro Moniz Lopes	Prof. Doutor Correia Batista (Pres) Prof. Doutor Kaft Costa (Arg) Prof. Doutor Alexandre Pinheiro



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

MESTRADO EM DIREITO- PERFIL: DIREITO ADMINISTRATIVO (MESTRADO CIENTÍFICO)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
André Queiroz de Melo n.º 25173 8/06/2018	“Estatuto das empresas militares e de segurança privadas: um estudo de Direito Administrativo”	Prof. Doutor Paulo Otero (Pres)	Prof. Doutor Lourenço de Freitas (Arg) Prof. Doutor Guerra da Fonseca Prof. Doutor João Tiago Silveira
Fabio santos Macedo n.º 27249 7/06/2018	“Lacunas em Direito Administrativo”	Prof. Doutor Paulo Otero (pres)	Prof. Doutor Pereira Coutinho (arg) Prof. Doutor Prata Roque (arg) Prof. Doutor Bonifácio Ramos
Emanuel Ponte Frota Neves Junior n.º 27166 8/06/2018	“Controle dos gastos Publicos”	Prof. Doutor David Duarte (Pres)	Prof. Doutor Paes Marques Prof. Doutor Pedro Moniz Lopes Prof. Doutor Gustavo Courinha (arg)



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Ivo Tiago Ataíde Xavier n.º 27367 8/06/2018	“Invalidades pré-contratuais e impossibilidade de satisfação da pretensão do autor no processo administrativo” ”	Prof. Doutor Francisco Paes Marques	Prof. Doutor Maria João Estorninho (Pres) Prof. Doutor Miguel Raimundo (Arg) Prof. Doutor Sandra Lopes Luis Prof. Doutor
João Freitas Mendes n.º 19687 7/06/2018	“Justiça Material e Administração Pública: O princípio da Justiça como fundamento do Direito Administrativo.”	Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva (Pres)	Prof. Doutor Ricardo Branco (Arg) Prof Ana Gouveia Prof. Doutor José Lamego Prof. Doutor
João Sequeira Sena n.º 20834 7/06/2018	“A declaração administrativa de invalidade dos contratos administrativos ”	Prof. Doutor Paulo Otero (Pres)	Prof. Ana Gouveia (arg) Prof. Doutor João Tiago Silveira Prof. Doutor Alexandre Pinheiro
Maria Brant de Almeida Bastos n.º 27544 8/06/2018	“O Princípio do Aproveitamento do Ato Administrativo e suas implicações no novo código de procedimento administrativo.”	Prof. Doutor David Duarte	Prof. Doutor Mafalda Carmona (arg) Prof. Doutor Paes Marques Prof. Doutor Raquel Brizida Castro



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

<p>Mariana Capistrano Sarinho Paiva n.º 25131 8/06/2018</p>	<p>“Orçamento participativo: Um Instrumento de Legitimação democrática ”</p>	<p>Prof.ª Doutora Ana Neves</p>	<p>Prof. Maria José Rangel Mesquita (Pres) Prof. Doutor Paula Vaz Freire) Prof. Doutor Pedro Sanchez (Arg)</p>
---	--	---------------------------------	---



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

MESTRADO EM DIREITO- PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-INTERNACIONAIS (MESTRADO CIENTÍFICO)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
William da Fonseca Lemes n.º 25113 11/05/2018	"A evolução histórica do Direito Internacional dos Refugiados: das Civilizações antigas ao "Êxodo do Século XXI".	Prof. Doutor Pedro Caridade de Freitas	Prof. Doutor Pedro Barbas Homem (Pres) Prof. Doutor Vitalino Canas Prof. Doutor Alexandre Pinheiro Prof. Doutor



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

MESTRADO EM DIREITO- PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-INTERNACIONAIS (MESTRADO CIENTÍFICO)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Carlos Renan Rodrigues da Siveira n.º 25102 4/06/2018	“A proteção ao Direito a um julgamento justo em matéria criminal: Uma abordagem das garantias que compõem o direito a um julgamento justo a partir de uma perspectiva com base no Direito Internacional”	Prof.ª Doutora Maria José Rangel de Mesquita (Pres)	Prof. Doutor Ana Soares Pinto (arg) Prof. Doutor Alexandre Pinheiro Prof. Doutor Helena Morão
Carolina Barros de Carvalho n.º 25446 4/06/2018	“Análise comparada entre as técnicas de julgamento do TEDH e da CIDH sob a ótica de um diálogo Judicial Internacional”	Prof.ª Doutora Maria José Rangel de Mesquita	Prof. Doutor Ana Martins (Pres) Prof Doutora Margarida Salema Prof. Doutor Rui Lanceiro (arg)
Karyn Yukari Seki n.º 25572 8/06/2018	“O regime Jurídico-Internacional dos Navios de Cruzeiro”	Prof. Doutor Fernando Loureiro Bastos	Prof. Doutor Januário da Costa Gomes (Pres) Prof. Doutor Lourenço de Freitas (arg) Prof. Doutor Guerra da Fonseca



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

<p>Renato Younes Quatrin n.º 26938 7/06/2018</p>	<p>“A Influência do combate ao Terrorismo no Direito Internacional Público e no Direito Internacional da Pessoa Humana.”</p>	<p>Prof. Doutor Rui Guerra da Fonseca</p>	<p>Prof. Doutor Maria Luísa Duarte (Pres) Vitalino Canas (arg) Prof. Inês Ferreira Leite</p>
--	--	---	---



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

MESTRADO EM DIREITO- PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-AMBIENTAIS (MESTRADO CIENTÍFICO)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
André Constant Dickstein n.º 27559 10/05/2018	“Participação Pública na tomada de decisão ambiental”.	Prof.ª Doutora Carla Amado Gomes	Prof. Doutor Maria Luísa Duarte Prof. Doutor Paes Marques (arg) Prof. Doutor Ana Gouveia
Flávia Roberti Ferreira n.º 27319 07/05/2018	“Medidas para o aprimoramento da gestão de bacias hidrográficas Internacionais”.	Prof.ª Doutora Carla Amado Gomes	Prof. Doutor Maria José Rangel Mesquita Prof. Doutor Ana soares pinto (arg) Prof. Doutor Loureiro Bastos) Prof. Doutor



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

<p>Kepler Gomes Ribeiro n.º 52093 22/05/2018</p>	<p>“A Força Política Normativa da Nova Agenda –ONU para as cidades: O mecanismo e a Fundamentalidade da Avaliação Ambiental Estratégica para a implementação do programa ONU- HABITAT III no Brasil”.</p>	<p>Prof. Doutor João Miranda</p>	<p>Prof. Doutor Reis Novais (Pres) Prof. Doutor Claudio Monteiro (Arg) Prof. Doutor Vitalino Canas</p>
--	---	----------------------------------	--



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

MESTRADO EM DIREITO- PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-AMBIENTAIS (MESTRADO CIENTÍFICO)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Daniela Ferreira Queiroz n.º 25465 5/06/2018	“A descentralização Administrativa como mecanismo de eficiência na Proteção do Ambiente”	Prof.ª Doutora Carla Amado Gomes (Presidente)	Prof. Doutor Pedro Moniz lopes Prof. Doutor Claudio Monteiro (arg) Prof. Doutor Kaft Costa
Diego Felipe Farias Pereira de Andrade n.º 12346560 08/06/2018	Função Social da Propriedade no Brasil	Prof. Doutor Jaime Valle	Prof. Doutor Margarida Salema (Pres) Prof. Doutor Nogueira de Brito (Arguente) Prof. Doutor Prof Elsa Oliveira
Duarte Filipe Silva Rodrigues n.º 22035 8/06/2018	“Pálido ponto verde - Responsabilidade internacional dos Estados pelos danos advenientes das alterações climáticas”	Prof. Doutor Fernando Loureiro Bastos	Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva (Pres) Prof. Doutor Carla Gomes (arg) Prof. Doutor Ana Gouveia



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Mariana de Freitas Barros Campos Ramos n.º 27464 30/05/2018	“Direito, Saúde, Alimentação e Meio ambiente”	Prof.ª Doutora Carla Amado Gomes	Prof. Doutor Maria João Estorninho (Pres) Prof. Doutor Claudia Monge (Arg) Prof. Doutor Alexandre Pinheiro
Monique Mosca Gonçalves n.º 27290 4/06/2018	“Dano Animal na Legislação do Brasil e de Portugal: Fundamentos, Caracterização e reparação”	Prof.ª Doutora Carla Amado Gomes	Prof. Doutor Maria Luisa Duarte (Pres) Prof. Doutor Barreto Menezes Cordeiro (Arg) Prof. Doutor Raquel Brizida castro
Nathalie Carvalho Giordano Macedo n.º 27240 7/06/2018	Da sustentabilidade ambiental à sustentabilidade como princípio geral de direito administrativo	Prof. Doutor Paulo Otero (Pres)	Prof. Doutor Nogueira de Brito Prof. Doutor Domingos Farinho (arg) Prof. Doutor Mafalda Carmona
Thayga Emmanuela Barbosa Galdino de Lira n.º 25393 5/06/2018	“A disposição final dos resíduos sólidos urbanos nos aterros sanitários: uma perspectiva luso-brasileira acerca do licenciamento ambiental .”	Prof.ª Doutora Carla Amado Gomes (Pres)	Prof. Doutor Claudio Monteiro (arg) Prof. Doutor João Miranda Prof. Doutor Paes Marques Prof. Doutor



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

MESTRADO EM DIREITO- PERFIL: DIREITO CONSTITUCIONAL (MESTRADO CIENTÍFICO)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Bruno Marinho Guimarães Mendes n.º 25437 05/06/2018	“Federalismo: Um Breve ensaio sobre o modelo Brasileiro”	Prof. Doutor Luís Pereira Coutinho	Prof. Doutor Melo Alexandrino (Pres) Prof. Doutor Nazaré Costa Cabral Prof. Doutor Francisco Paes Marques (arg)
Daniela Gomes Oppitz n.º 25250 29/05/2018	“A crise do sistema prisional brasileiro: direitos fundamentais e o controle judicial de políticas públicas	Prof.ª Doutora Ana Maria Guerra Martins (Pres)	Prof. Doutor Domingos Farinho (arg) Prof. Doutor João Tiago Silveira Prof. Doutor Teresa Quintela
Domingos Jorge Gomes Pereira n.º 25243 05/06/2018	“A Liberdade de Circulação nos Espaços Comunitários da CEDE da UEMOA: A distância entre a Proclamação e a praxis”	Prof.ª Doutora Maria Luisa Duarte (Pres)	Prof. Doutor Maria José Rangel Mesquita (arg) Prof. Doutor Carla Gomes Prof. Doutor Pedro Infante da Mota



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Ezequias da Silva Leite n.º 25688 05/06/2018	“O Princípio da Duração Razoável do processo como direito Fundamental”	Prof. Doutor Jaime Valle	Prof. Doutor Reis Novais (Pres) Prof. Doutor Rui Lanceiro (arg) Prof. Doutor Raquel Brizida castro)
Glauco de Lima e Castro n.º 25335 08/06/2018	“Partidos Políticos e Princípio Democrático - A Seleção de candidatos a Deputados Federais”	Prof. Doutor Jorge Miranda	Prof. Doutor Ana Martins (Pres) Prof. Raquel Brizida Castro (Arg) Prof. Doutor Alexandre Pinheiro
Leonardo David Quintiliano n.º 25177 01/06/2018	“Direitos Sociais e vinculação do legislador. A interpretação constitucional em tempo de crise do Estado Social contemporâneo”	Prof. Doutor Carlos Blanco de Morais (Pres)	Prof. Doutor Reis Novais (arg) Prof. Doutor Melo Alexandrino Prof. Doutor Pedro Sanchez
Michelle Valéria Macedo Silva n.º 27144 06/06/2018	“Em Defesa do Estado Social	Prof. Doutor Miguel Nogueira de Brito	Prof. Doutor Reis Novais (Pres) Prof. Doutor Pereira Coutinho (arg) Prof. Doutor Ricardo Branco



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Pedro Léo Alves da Costa n.º 27149 07/06/2018	“O Habeas Corpus além do usual: estudo de casos que fogem do status quo”	Prof.ª Doutora Raquel Castro	Prof. Doutor Maria Luísa Duarte (Pres) Prof. Alexandre Pinheiro (Arg) Prof. Doutor Sandra Lopes Luis
Pedro Octávio de Niemeyer n.º 27529 07/06/2018	“Democracia, Religião e a ideia de razão pública: uma perspectiva do Direito constitucional”	Prof. Doutor Jorge Reis Novais	Prof. Doutor Veracruz Pinto Prof. Doutor Miguel Raimundo (Arg) Prof. Doutor Raquel Brízida castro
Rafael Lira Monteiro n.º 25643 04/06/2018	“A carta dos direitos fundamentais da União Europeia e o nível mais elevado de proteção	Prof. Doutor Maria Luisa Duarte (Pres)	Prof. Doutor Correia Batista (arg) Prof. Doutor Reis Novais Prof. Doutor Rui Lanceiro
Raquel Passos Maia n.º 27388 05/06/2018	“A legitimidade da mutação constitucional por interpretação judicial	Prof. Doutor Jorge Miranda (Pres)	Prof. Doutor Carlos Blanco de morais (arg) Prof. Doutor Nogueira de Brito Prof. Doutor Pedro Sanchez



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

<p>Tiago Gontijo Cunha n.º 27229 06/06/2018</p>	<p>“Legitimidade Democrática da Jurisdição Constitucional no Estado Constitucional de Direito”</p>	<p>Prof. Doutor Miguel Nogueira de Brito</p>	<p>Prof. Doutor Paulo Otero (Pres) Prof. Doutor Pereira Coutinho (arg) Prof. Doutor Guerra da Fonseca Prof. Doutor</p>
<p>Yury Scardua Meneghel n.º 25674 07/06/2018</p>	<p>A fragilidade na concretização das normas que versam sobre direitos fundamentais no âmbito dos Tratados Internacionais</p>	<p>Prof.ª Doutora Maria Luisa Duarte</p>	<p>Prof. Doutor Correia Batista (arg) Prof. Doutor Claudia Monge Prof. Doutor Jaime Valle</p>



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

MESTRADO EM DIREITO- PERFIL: CIÊNCIA-POLÍTICA (MESTRADO CIENTÍFICO)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
André Filipe de Lima Costa n.º 25707 1/06/2018	A formação Política Brasileira e a crise do poder legislativo no Brasil	Prof.ª Doutora Susana Videira Branco	Prof. Doutor Miguel Nogueira de Brito Prof. Doutor Ricardo Branco (arg) Prof. Doutor Raquel Brizida Castro Prof. Doutor
Caroline Costa Bernardo n.º 25569 5/06/2018	“Fronteiras entre as práticas culturais dos imigrantes e os padrões normativos portugueses	Prof. Doutor Jorge Miranda	Prof.ª Doutora Maria Luísa Duarte Prof. Doutor Alexandre Sousa Pinheiro Prof.ª Doutora Miriam Brigas (arg.)
Eduardo Dumbo Valeriano n.º 27257 8/06/2018	“A Inserção das Normas de Direito Internacional no Ordenamento Jurídico Angolano	Prof.ª Doutora Maria José de Rangel de Mesquita (Pres)	Prof. Doutor Fernando Bastos (Arg) Prof. Ana Gouveia Martins Prof. Doutor Kaft Costa Prof. Doutor



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

<p>Renan Gabriel Wozniack n.º 25371 4/06/2018</p>	<p>A Representação Política sob o viés histórico-jurídico brasileiro</p>	<p>Prof.ª Doutora Susana Videira Branco</p>	<p>Prof. Ana Martins Prof. Doutor Alexandre Pinheiro (arg) Prof. Doutor Silvia Alves Prof. Doutor</p>
---	--	---	---



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Mestrado em Direito Internacional e Relações Internacionais (Mestrado Profissionalizante)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
João Augusto Gomes Ramos n.º 20605 08/06/2018	"A evolução das relações internacionais de 1918 a 1945 e a sua importância para o actual quadro geopolítico Mundial - Do estatuto jurídico da SDN ao da actual ONU.	Prof. Doutor Pedro Caridade de Freitas	Prof. Doutor Ana Martins Prof. Doutor Vitalino Canas (arg) Prof. Doutor Alexandre Pinheiro



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

MESTRADO EM DIREITO- PERFIL: DIREITO COMERCIAL (MESTRADO CIENTÍFICO)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Arnaldo de Lima Borges Neto n.º 25350 04/06/2018	Da <i>corporate governance</i> à governança familiar: um contributo à aplicação dos princípios da governança corporativa e seus instrumentos às sociedades empresárias de responsabilidade limitada brasileiras de estrutura familiar	Prof.ª Doutora Adelaide Menezes Leitão	Prof.ª Doutora Adelaide Menezes Leitão Prof. Doutor José Ferreira Gomes (Arg.) Prof. Doutor Miguel Ferro Prof. Doutora Sónia Viana
Bárbara Felix Fazzano Gadig n.º 27009 08/06/2018	A Má Fé na impugnação Pauliana	Prof. Doutor António Menezes Cordeiro	Prof. Doutor A. Menezes Cordeiro Prof. Doutor Vera-Cruz Pinto Prof. Doutor Januário Gomes (Arg) Prof.ª Doutora Paula Costa e Silva
Catarina Baptista Gomes n.º 19545 08/06/2018	As reservas no contrato de transporte de mercadorias	Prof. Doutor Januário Costa Gomes	Prof. Doutor Januário Gomes Prof. Doutor Hugo Alves (Arg.) Prof.ª. Doutora Ana Fouto Prof Doutor Alves de Brito



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

<p>Celina Isabel Dias Videira n.º 20374 08/06/2018</p>	<p>Da (In) Subsistência da Garantia Prestada pelos Avalistas em caso de Insolvência</p>	<p>Prof.ª Doutora Maria de Lurdes Pereira</p>	<p>Prof. Doutor Januário Gomes Prof.ª Doutora Adelaide Menezes Leitão (Arg.) Prof.ª Doutora M. Lurdes Pereira Prof. Doutor Filipe Arede Nunes</p>
<p>Diana Raquel Serrinha Rosa n.º 20820 08/06/2018</p>	<p>Acionistas Minoritários e Governo Societário. Um estudo breve sobre a posição do "acionista investidor" nas sociedades de Portugal</p>	<p>Prof.ª Doutora Ana Perestrelo de Oliveira</p>	<p>Prof. Doutor Pedro Albuquerque Prof. Doutora Ana Perestrelo Oliveira Prof. Doutor Diogo Festas (Arg.) Prof. Doutor Miguel Patrício</p>
<p>Ingrid Abreu Biondi Castro n.º 25440 08/06/2018</p>	<p>A desconsideração da personalidade jurídica: A subcapitalização das sociedades limitadas como hipótese de abuso de direito no ordenamento jurídico Brasileiro</p>	<p>Prof.ª Doutora Adelaide Menezes Leitão</p>	<p>Prof.ª Doutora Adelaide Menezes Leitão Prof. Doutor Diogo Costa Gonçalves Prof. Doutor Diogo P. Duarte (Arg.) Prof. Doutor Ricardo Branco</p>



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

MESTRADO EM DIREITO- PERFIL: DIREITO COMERCIAL (MESTRADO CIENTÍFICO)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Derick de Mendonça Rocha n.º 26945 15/02/2018	Arbitragem Societária e <i>Third-Party Funding</i>	Prof.ª Doutora Ana Perestrelo de Oliveira	Prof. Doutor Luís Lima Pinheiro Prof.ª Doutora Ana Perestrelo de Oliveira Prof. Doutor Francisco Mendes Correia (Arg.) Prof. Doutor Rui T. Lanceiro



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

MESTRADO EM DIREITO- PERFIL: DIREITO INTELECTUAL (MESTRADO CIENTÍFICO)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Augusto Manuel Pereira Portela n.º 25314 04/06/2018	A problemática da radiodifusão retransmitida por rede informática em simultâneo e a tutela do Direito de Autor	Prof. Doutor José Alberto Vieira	Prof. Doutor José Alberto Vieira Prof. Doutor A. Sá e Mello (Arg.) Prof. Doutor Alexandre Sousa Pinheiro Prof.ª Doutora Sofia Casimiro
Alexandra Cristina Saraiva Fonseca n.º 25049 05/06/2018	O Design na Fronteira da arte e da inovação	Prof. Doutor Miguel Moura e Silva	Prof. Doutor Luís Menezes Leitão Prof. Doutor Miguel Moura e Silva Prof.ª Doutora Sofia Casimiro (Arg.) Prof. Doutor João Marchante
Inês Maria Petiz de Castro Viana n.º 25329 07/06/2018	A compensação Equitativa dos Autores e Artistas Intérpretes pela Utilização de Obras Audiovisuais	Prof. Doutor Dário Moura Vicente	Prof. Doutor Dário Moura Vicente Prof. Doutor A. Sá e Mello (Arg.) Prof. Doutor Renato Gonçalves Prof. Doutor João Marchante



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

<p>Kátia Karime Lima dos Santos n.º 27374 04/06/2018</p>	<p>Licenças compulsórias das patentes farmacêuticas</p>	<p>Prof. Doutor Dário Moura Vicente</p>	<p>Prof. Doutor Dário Moura Vicente Prof. Doutor Caridade de Freitas Prof. Doutor David Festas (Arg.) Prof. Doutor Catarina Salgado</p>
<p>Maria Catarina Nazaré de Jesus Videira Louro n.º 20701 08/06/2018</p>	<p>A Paródia e os Direitos de Propriedade Intelectual</p>	<p>Prof. Doutor Luis Menezes Leitão</p>	<p>Prof. Doutor Luis Menezes Leitão Prof. Doutor José Alberto Vieira Prof. Doutor F. Paes Marques Prof. Doutor Sofia Casimiro (Arg.)</p>



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

MESTRADO EM DIREITO- PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-LABORAIS (MESTRADO CIENTÍFICO)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Abílio Souza e Silva Neto n.º 27543 05/06/2018	O Direito do Trabalho na dinâmica flexibilizatória da jornada de trabalho: as experiências recentes de Brasil e Portugal	Prof. Doutor Guilherme Machado Dray	Prof. Doutor Pedro M. de Brito Prof. Doutor Guilherme M. Dray Prof. Doutora Isabel Borges (Arg.) Prof.ª Doutora Isabel Graes
Adroaldo Neto Muller Lopes n.º 26840 07/06/2018	O princípio da proteção do salário	Prof. Doutor Guilherme Machado Dray	Prof. Doutor Pedro Romano Martinez Prof.ª Doutora Miriam Brigas Prof. Doutor Guilherme Dray Prof. Doutora Sónia Viana (Arg.)
João Paulo Rodrigues Ribeiro n.º 26691 04/06/2018	A qualificação de relação Jurídica do Advogado Associado com as sociedades de advogados	Prof. Doutor Pedro Romano Martinez	Prof. Doutor Pedro Romano Martinez Prof. Doutor Gonçalves da Silva (Arg.) Prof. Doutor Lopes Romão Prof. Doutor João Marchante



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Matilde Figueiredo Oliveira n.º 27448 07/06/201/8	Do direito à desconexão no Contrato de Trabalho	Prof.ª Doutora Maria Rosário Ramalho	Prof.ª Doutora Maria Rosário Ramalho Prof. Doutor Pedro M. Brito (Arg.) Prof. Doutor Pedro Sánchez Prof.ª Doutora Sónia Viana
Táisa Pinheiro Mendonça n.º 27508 29/05/2018	Especificidades do Contrato de Trabalho do trabalhador com deficiência ou doença crónica	Prof.ª Doutora Maria Rosário Ramalho	Prof.ª Doutora Maria Rosário Ramalho Prof.ª Doutora Isabel Borges Prof.ª Doutora Cláudia Madaleno (Arg.) Prof. Doutor Ricardo Branco



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

MESTRADO EM DIREITO- PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICAS (MESTRADO CIENTÍFICO)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Ana Rita Ribeiro Macedo n.º 17163 4/06/2018	O Pacto de não concorrência no Direito do Trabalho	Prof.ª Doutora Maria do Rosário Ramalho	Prof.ª Doutora Maria do Rosário Ramalho Prof. Doutor M. Moura e Siva Prof. Doutor Pedro M. Brito Prof. Doutora Isabel Borges (Arg.)
Andrea de Almeida Quintela da Silva n.º 27501 30/05/2018	A autonomia do Abuso do Direito	Prof.ª Doutora Adelaide Menezes Leitão	Prof. Doutor M. Teixeira de Sousa Prof.ª Doutora Adelaide Menezes Leitão Prof. Doutor Diogo Costa Gonçalves (Arg.) Prof. Doutor Ricardo Branco
Carla de Calvo Dantas n.º 27222 7/06/2018	"A Cláusula de <i>Hardship</i> numa visão comparada	Prof. Doutor Dário Moura Vicente	Prof. Doutor Dário Moura Vicente Prof. Doutor Infante Mota Prof. Doutora Catarina M. Pires Prof. Doutor Diogo P. Duarte (Arg.)



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

<p>Célia Cerqueira Bezerra n.º 25212 5/06/2018 A aluna está a reformular</p>	<p>Tributação do rendimento, família e regimes de bens de casamento no direito português</p>	<p>Prof.ª Doutora Paula Rosado Pereira</p>	<p>Prof. Doutor Jorge Duarte Pinheiro Prof.ª Doutora Margarida Silva Pereira Prof.ª Doutora Paula Rosado Pereira Prof.ª Doutora Sofia Henriques (Arg.)</p>
<p>Henrique Jay Kossengue n.º 27040 29/05/2018</p>	<p>A Crise Económica Angolana e o seu Impacto nos Contratos Privados à Luz do Artigo 437 do Código Civil</p>	<p>Prof. Doutor Dário Moura Vicente</p>	<p>Prof. Doutor Dário Moura Vicente Prof. Doutor Jaime Valle Prof. Doutor Diogo Pereira Duarte (Arg.) Prof.ª Doutora Catarina Salgado</p>
<p>Joana Lopes Pereira n.º 120923 4/06/2018</p>	<p>Legitimidade Civil - Uma abordagem actualista</p>	<p>Prof. Doutor Pedro Leitão Pais de Vasconcelos</p>	<p>Prof. Doutor Luís Lima Pinheiro Prof. Doutor Pedro Leitão Pais de Vasconcelos Prof. Doutor M. Assis Raimundo Prof. Doutor Tiago Soares Fonseca (Arg.)</p>



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

<p>Luís Filipe Silva n.º 25336 4/06/2018</p>	<p>Abuso de Direito no âmbito das negociações preliminares, sob a perspectiva comparativa entre os ordenamentos jurídicos Português e Brasileiro</p>	<p>Prof.ª Doutora Maria Raquel Rei</p>	<p>Prof.ª Doutora Paula Costa e Silva Prof.ª. Doutora Maria Raquel Rei Prof. Doutor António Barreto M. Cordeiro (Arg.) Prof.ª Doutora Mafalda Carmona</p>
<p>Renê da Silva Freitas n.º 25501 5/06/2018</p>	<p>A Evolução do abuso de direito no Brasil</p>	<p>Prof.ª Doutora Maria Raquel Rei</p>	<p>Prof.ª Doutora Paula Costa e Silva Prof.ª Doutora Maria Raquel Rei Prof. Doutor Diogo Costa Gonçalves (Arg.) Prof. Doutor Pedro Moniz Lopes</p>



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

MESTRADO EM DIREITO- PERFIL: DIREITO BANCÁRIO E DOS SEGUROS (MESTRADO CIENTÍFICO)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
João Artur Pereira Serra n.º 21926 8/06/2018	A Proteção do Consumidor de Serviços Financeiros - Em especial sobre uso de informação enganosa na captação de investimento	Prof. Doutor António Barreto Menezes Cordeiro	Prof. Doutor Januário Gomes Prof. Doutor Rui Ataíde (Arg.) Prof. Doutor António Barreto Menezes Cordeiro Prof. Doutor Marco Ferreira



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

<p>Melissa Tavares de Carvalho n.º 19776 5/06/2018</p>	<p>Equilíbrio Prestacional e <i>Ius Variandi</i> Bancário nos Contratos Celebrados com Consumidores. Um ensaio sobre a tutela efetiva do cliente bancário consumidor.</p>	<p>Prof. Doutor Januário Costa Gomes</p>	<p>Prof. Doutor Januário Costa Gomes Prof. Doutora Miriam Brigas Prof. Doutor Rui Ataíde Prof. Doutora Catarina M. Pires (Arg.)</p>
--	---	--	---



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES (MESTRADO PROFISSIONALIZANTE)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Vanessa Filipa Barata Gonçalves n.º 27260 27/06/2018	"Coexistência entre o registo predial e a usucapião, no artigo 5º do Código de Registo Predial"	Prof. Doutor José Luis Bonifácio Ramos	Prof. Doutor J. L. Bonifácio Ramos Prof. Doutor Rui Ataíde (Arg.) Prof. Doutor João Marchante



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-INTERNACIONAIS

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Isabela Bailune Pacifici n.º 12346464 28/04/2017	"A convenção do México sobre o direito aplicável aos contratos internacionais e o Brasil."	Prof. Doutor Luis Lima Pinheiro	Prof. Doutor Lima Pinheiro (Presidente e Orientador) Prof. ^a Doutora Elsa Dias Oliveira Prof. ^a . Doutora Ana Gouveia Martins Prof. Doutor Pedro Sánchez (Arguente)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Divisão Académica

DOUTORAMENTO EM DIREITO – ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS

Alteração de júri

Candidato	Título da Tese	Prof. Orientador	Júri
<p>Lucas Fonseca e Melo</p> <p>(Aluno nº 12345735) Entrega da tese de doutoramento em 03/05/2017</p>	<p><i>“Os Limites dos Processos Informais de Alteração da Constituição”.</i></p>	<p>Prof. Doutor Carlos Blanco de Morais (co-orientador não integra o júri por força da lei)</p>	<p>Doutor Elival Ramos (USP) Doutor Levi do Amaral (USP) (co-orientador) Doutor Paulo Otero (FDUL) Doutor Vasco Pereira da Silva (FDUL) Doutor Miguel Nogueira de Brito (FDUL) Doutor Gonçalo Almeida Ribeiro (Cat. Lisb) Doutora Catarina Santos Botelho (Cat. Porto)</p>



Doc. 24

**Convénio de elaboração de tese de doutoramento em regime de cotutela internacional
relativa a MÁRCIA CRISTINA DOS SANTOS RÊGO**

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**, com sede na Rua Augusto Corrêa, nº01, Bairro do Guamá, CEP:66075-110, Belém/Pará/Brasil, representada neste ato pelo seu Magnífico Reitor, Prof.(a) Doutor(a) **EMMANUEL ZAGURY TOURINHO**, nos termos do disposto no Regimento Geral da Universidade Federal do Pará, de 29 de dezembro de 2006; na Resolução nº 3870, de 01 de julho de 2009 (Regulamento Geral da Pós-Graduação); e na Resolução CONSEPE nº 3753, de 22 de setembro de 2008, que regulamenta o Programa de Pós-Graduação em Direito, através do Programa de Pós-graduação em Direito do Instituto de Ciências Jurídicas, neste ato representado por seu coordenador professor doutor **PAULO SERGIO WEYL ALBUQUERQUE COSTA**,

e a

A **UNIVERSIDADE DE LISBOA**, com sede na Alameda da Universidade, 1649-004 Lisboa, representada neste ato pelo seu Vice-Reitor, Prof. Doutor **EDUARDO PEREIRA**, no uso de competências delegadas através da alínea f) do n.º 1.5 do Despacho n.º 7980/2016, do *Diário da República*, 2.ª série, n.º 115, de 17 de junho, nos termos do disposto no Regime Jurídico de Graus e Diplomas do Ensino Superior, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 63/2016, de 13 de setembro, no Regulamento de Estudos de Pós-Graduação da Universidade de Lisboa, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 57, de 23 de março, pelo Despacho n.º 2950/2015, e no Regulamento de Elaboração de Tese de Doutoramento em Regime de Cotutela Internacional da ULisboa, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 45, de 5 de março, pelo Despacho n.º 2305/2015, através da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, representada neste Ato pelo seu Presidente, Prof. Doutor **PEDRO ROMANO MARTINEZ**, nos termos do artigo 28º alínea a) dos Estatutos da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Despacho nº 15674-C/2013, publicado no Diário da República, 2ª série, nº 232, de 29 de novembro, e do artigo 5º nº3 do Regulamento do Mestrado e do Doutoramento, constante do Despacho nº 5181/2018, publicado no Diário da República, 2ª série, nº 99, de 23 de maio.

DECLARAM

ser objetivo comum fomentar e desenvolver a cooperação científica, favorecendo a mobilidade dos estudantes de Doutoramento. Com base nesse interesse comum, as partes celebram este convénio, para a



elaboração de uma tese de doutoramento em regime de cotutela e sua defesa para efeitos de atribuição do grau de doutor, sob a responsabilidade conjunta dos estabelecimentos de ensino superior parceiros e de acordo com as seguintes normas:

Artigo 1.º

Âmbito

Este convénio contém as normas relativas à elaboração de uma tese de doutoramento em regime de cotutela sobre o tema **Uma abordagem principiológica da definição jurídica de família à luz dos direitos humanos: a construção de um conceito inclusivo de família**, por **MÁRCIA CRISTINA DOS SANTOS RÊGO**, aluna matriculada no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará e que se vai inscrever na Pós-graduação (Doutoramento) da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Artigo 2.º

Ramo e especialidade

O grau de doutor é conferido no ramo de conhecimento em **CIÊNCIAS JURIDICAS** e na especialidade de doutoramento em **CIÊNCIAS JURÍDICO-CIVIS** da Faculdade de Direito da **UNIVERSIDADE DE LISBOA**, e no ramo de conhecimento **DIREITO**, na especialidade de doutoramento em **DIREITOS HUMANOS E INCLUSÃO SOCIAL** (área de concentração), do Programa de Pós-Graduação em Direito da **UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**.

Artigo 3.º

Orientação

São designados orientadores Professora Doutora **PASTORA DO SOCORRO TEIXEIRA LEAL** do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará, e o Professor Doutor **JORGE DUARTE PINHEIRO**, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, comprometendo-se, ambos, a exercer plenamente as suas funções. As universidades parceiras reconhecem, através da celebração deste convénio, a orientação realizada nas instituições envolvidas.

Artigo 4.º

Duração e prazos de permanência

1. Este convénio é válido por um período máximo de dois anos, findo o qual a doutoranda deverá apresentar a sua tese a provas de doutoramento.



2. O período de permanência para elaboração da tese em cada uma das instituições deve ser repartido por períodos alternados, da seguinte forma:
 - 2.1. ano letivo de 2018/2019 na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
 - 2.2. ano letivo de 2020 no Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal do Pará.
(O período de permanência na ULisboa deve ter, no total, uma duração mínima de um ano letivo com, pelo menos, nove meses de presença efetiva, e não pode ser inferior a 30% do prazo previsto para elaboração da tese. Os períodos de permanência em cada instituição podem ser cumpridos em semestres intercalados ou em anos letivos completos.)

Artigo 5.º

Inscrição e propinas

1. A doutoranda inscreve-se nas Escolas ou Universidades parceiras, no doutoramento ou programa doutoral referente ao ramo e especialidade indicados no artigo 2.º.
2. A doutoranda deve efetuar o pagamento das propinas de acordo com as normas em vigor em cada um dos países e instituições e de acordo com a repartição do tempo referida no artigo anterior.

Artigo 6.º

Tese

1. A tese deve ser redigida em português, devendo ser acompanhada de um resumo em português e em inglês.
2. A capa da tese deve incluir o nome da Universidade de Federal do Pará, do Instituto de Ciências Jurídicas, do Programa de Pós-graduação em Direito, da Universidade de Lisboa, da Faculdade de Direito, o título da tese, o nome da candidata, a designação do ramo de conhecimento e da respetiva especialidade (se aplicável) e o ano de conclusão do trabalho.
3. A folha de rosto e seguintes páginas da tese devem respeitar o disposto no Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará e no Regulamento de Estudos de Pós-Graduação da Universidade de Lisboa, e no Regulamento do Mestrado e do Doutoramento, e do Regulamento do Ciclo de Estudos: Doutoramento em Direito, ambos da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Artigo 7.º

Nomeação e constituição do júri

1. O júri é nomeado de comum acordo, devendo, para o efeito, o Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará, onde se vai realizar a defesa pública, consultar previamente



- a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, de forma a verificar a sua concordância com a constituição do júri.
2. A tese será julgada por banca examinadora de cinco (5) membros, composta pela orientadora, que a presidirá, e quatro (4) docentes designados pelo Colegiado, dos quais: dois (2) serão Professores Doutores do Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal do Pará e dois (2) serão Professores Doutores da Universidade de Lisboa, dentro os quais o coorientador.
 3. Excepcionalmente, nas situações em que não seja possível a conciliação, na constituição do júri, da legislação e regulamentação aplicável nas duas instituições, poderá aplicar-se a que vigorar na Universidade Federal do Pará, com o conhecimento da Universidade de Lisboa.
 4. A tramitação do processo de nomeação do júri e da realização do ato público é a que estiver em vigor na Universidade Federal do Pará, que deve dar conhecimento da nomeação do júri à Universidade de Lisboa.

Artigo 8.º

Ato público de defesa da tese

1. A tese tem uma única defesa, a realizar-se na Universidade Federal do Pará, sendo reconhecida pelas instituições envolvidas.
2. O ato público de defesa da tese será realizado em língua portuguesa.
3. Os membros do júri da Universidade de Lisboa, inclusive o professor doutor coorientador, poderão participar do ato público da tese presencialmente ou por vídeo-conferência, utilizando os recursos audiovisuais disponíveis nas instituições parceiras.
4. Quando as escalas de classificação final em uso nas Universidades parceiras forem diferentes, o júri deve atribuir a classificação ou a qualificação final em cada uma das escalas, devendo constar da ata da prova.

Artigo 9.º

Grau e Diploma

1. Após a prova, a Universidade Federal do Pará informa a Universidade de Lisboa sobre o resultado final.
2. O grau de doutor é conferido pelas Universidades envolvidas, devendo ser emitido um documento por cada instituição, que deve obrigatoriamente mencionar a elaboração da tese de doutoramento em regime de cotutela internacional.
3. Aprovada a tese e concedido o grau pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará, emite a Pró-reitoria de Pesquisa (PROPESP) o diploma de DOUTORA EM



DIREITO, com a respectiva área de concentração (DIREITOS HUMANOS E INCLUSÃO SOCIAL).

4. No caso da Universidade de Lisboa, é emitido um diploma – sob a forma de certidão do registo – e pode ser emitida uma carta doutoral e uma certidão de conclusão, caso sejam requeridas.

Artigo 10.º

Publicação, exploração e proteção do tema da tese

A publicação, a exploração e a proteção do tema da tese e dos resultados da pesquisa são assegurados pelos programas de doutoramento envolvidos, de acordo com os procedimentos específicos de cada universidade e de cada país.

Artigo 11.º

Seguro escolar e seguros de acidentes pessoais

1. Durante o período de permanência na Universidade de Lisboa, a aluna deve estar abrangido pelo seguro escolar de sua inteira responsabilidade.
2. A doutoranda pode ainda subscrever um seguro de acidentes pessoais, em Portugal ou no Brasil.
3. As instituições envolvidas não podem ser responsabilizadas por eventuais danos causados a terceiros.

Artigo 12.º

Obtenção de vistos e despesas de deslocação e alojamento do doutorando

1. Cabe à doutoranda tratar do processo de obtenção de visto, bem como de outras autorizações de deslocação e/ou de permanência que sejam necessárias.
2. As despesas inerentes ao processo de obtenção de visto, à deslocação e à permanência da doutoranda são suportadas pela própria ou por financiamento externo, incluindo bolsas, integração em projetos internacionais, ou outras formas.

Pela Universidade Federal do Pará

Pela Universidade de Lisboa

Belém, _____ (data)

Lisboa, _____ (data)



_____ (assin.)

Dr. EMMANUEL ZAGURY TOURINHO

Reitor da UFPA

_____ (assin.)

Dr. EDUARDO PEREIRA

Vice-Reitor da Universidade de Lisboa

O Coordenador do Programa de Pós-graduação em
Direito da Universidade Federal do Pará

O Diretor da Faculdade de Direito da Universidade de
Lisboa

Belém, _____ (data)

Lisboa, _____ (data)

_____ (assin.)

Dr. PAULO SERGIO WEYL ALBUQUERQUE COSTA

_____ (assin.)

Dr. PEDRO ROMANO MARTINEZ

Professora Orientadora do Programa de Pós-graduação
em Direito da Universidade Federal do Pará

Professor Coorientador da Faculdade de Direito da
Universidade de Lisboa

Belém, _____ (data)

Lisboa, _____ (data)

_____ (assin.)

Dra. PASTORA DO SOCORRO TEIXEIRA LEAL

_____ (assin.)

Dr. JORGE DUARTE PINHEIRO

A Doutoranda **MÁRCIA CRISTINA DOS SANTOS RÊGO**

_____ (assin.)

Belém, _____ (data)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Divisão Académica

- ADMISSÃO À PREPARAÇÃO DA TESE DE DOUTORAMENTO (2ª FASE) - COM DISPENSA DA PARTE CURRICULAR.

Identificação do Doutorando	Data do requerimento	Especialidade	Tema	Professor Orientador Proposto	Instituição, Média final de Licenciatura/ Mestrado e Data de Conclusão
Rodrigo da Silva Brandalise (ALUNO Nº 22402)	20.06.2018	DOUTORAMENTO EM DIREITO - ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS	<i>"As declarações do arguido anteriores à fase de julgamento."</i>	Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes	Curso de Graduação em Direito e Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul concluído em 1997 . Curso de Mestrado Científico em Direito: Especialidade de Ciências Jurídico-Criminais, na FDUL em 04.02.2015 , com a classificação final de 17 (dezassete) valores.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Divisão Académica

- ADMISSÃO À PREPARAÇÃO DA TESE DE DOUTORAMENTO (2ª FASE) - COM DISPENSA DA PARTE CURRICULAR.

Identificação do Doutorando	Data do requerimento	Especialidade	Tema	Professores Orientadores Propostos	Instituição, Média final de Licenciatura/ Mestrado e Data de Conclusão
Eduardo Augusto da Silveira (ALUNO Nº 12346457)	06.06.2018	DOUTORAMENTO EM DIREITO – ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO- POLÍTICAS	<i>“A autoridade política da sentença. O princípio da separação dos poderes no contexto de uma democracia descontente.”.</i>	Prof. Doutor Pedro Fernández Sánchez	Curso de Licenciatura em Direito pelo centro Universitário Newton Paiva, concluído em 13.09.2005, com a classificação de 91,53 , o equivalente a 18,3 (dezoito vírgula três) valores na escala europeia. Curso de Mestrado Científico em Direito: Perfil Direito Constitucional, na FDUL em 14.11.2017, com a classificação de 16 (dezasseis) valores.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Divisão Académica

- ADMISSÃO À PREPARAÇÃO DA TESE DE DOUTORAMENTO (2ª FASE) - COM DISPENSA DA PARTE CURRICULAR.

Identificação do Doutorando	Data do requerimento	Especialidade	Tema	Professor Orientador Proposto	Instituição, Média final de Licenciatura/ Mestrado e Data de Conclusão
Hauler Dos Santos Fonseca (ALUNO Nº 12346133)	05.06.2018	DOUTORAMENTO EM DIREITO - ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO- POLÍTICAS	<i>"O NECESSÁRIO APARELHAMENTO INSTITUCIONAL DA DEFENSORIA PÚBLICA COMO AÇÃO AFIRMATIVA DO ESTADO EM RESPEITO AO PRINCÍPIO DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO."</i>	Prof. Doutor Rui Guerra da Fonseca	Curso de Licenciatura em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco concluído em 13.01.1999 , com a classificação final de 7,79 (sete vírgula setenta e nove) valores, o equivalente a 15,5 na escala europeia. Curso de Mestrado Científico em Direito: Especialidade de Direito Constitucional, na FDUL em 09.03.2017 , com a classificação final de 16 (dezasseis) valores.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Divisão Académica

- READMISSÃO À PREPARAÇÃO DA TESE DE DOUTORAMENTO (2ª FASE).

Identificação do Doutorando	Data do requerimento	Especialidade	Tema	Professores Orientadores Propostos	Instituição, Média final de Licenciatura/ Mestrado e Data de Conclusão
Fernando Braga Damasceno (ALUNO Nº 21539)	19.01.2018	DOUTORAMENTO EM DIREITO – ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS	<i>A PROVA PENAL GARANTISTA - (Re)Pensando as «regras de exclusão» e a disciplina do «controle de racionalidade do juízo fático-probatório</i>	Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes	Fase Escolar do Doutoramento em Direito Especialidade em Ciências Jurídico-Criminais, pela FDUL concluída em 10.01.2012 , com média final de 16 (dezassexis) valores. Classificações: Direito Penal A I/II – 16 valores; Direito Processual Penal I/II – 16 valores; Direitos Fundamentais I/II – 16 valores; Metodologia Jurídica I/II – 17 valores



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Divisão Académica

- READMISSÃO À PREPARAÇÃO DA TESE DE DOUTORAMENTO (2ª FASE).

Identificação do Doutorando	Data do requerimento	Especialidade	Tema	Professores Orientadores Propostos	Instituição, Média final de Licenciatura/ Mestrado e Data de Conclusão
Henrique Bastos Rocha (ALUNO Nº 25699)	15.05.2018	DOUTORAMENTO EM DIREITO – ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO- POLÍTICAS	<i>Acordos sobre sanções previstas nos contratos administrativos no Direito Brasileiro</i>	Prof.ª Doutora Ana Gouveia Martins	Fase Escolar do Doutoramento em Direito Especialidade em Ciências Jurídico- Políticas, pela FDUL concluída em 07.03.2016, com média final de 16 (dezasseis) valores. Classificações: Introdução ao Direito Público I/II – 17 valores; Direito Constitucional I/II – 15 valores; Direito Administrativo I/II – 16 valores; Direito da União Europeia I/II – 17 valores



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Núcleo de Apoio ao Ensino
Divisão Académica

PROGRAMA DE PÓS-DOCTORAMENTO
Solicitação de Conclusão

Identificação do Doutorando	Especialidade	Tema/Relatório	Professor Supervisor	Parecer do Professor Supervisor	Dívida de Propinas
Oscar Ivan Prux (ALUNO Nº 12345866)	Pós-Doutoramento em Direito - Especialidade de Ciências Jurídico-Económicas	<i>"A regulação dos serviços essenciais (por agências reguladoras ou entidades administrativas independentes) e seus reflexos para as empresas e a proteção dos consumidores: estudo comparativo entre o cenário no Brasil e em Portugal"</i>	Prof. Doutor Fernando Araújo	<i>Bom.</i>	Não.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa
Instituto de Cooperação Jurídica

ATIVIDADES DE COOPERAÇÃO

2017/2018

ATIVIDADES EM 2017/2018

I – ANGOLA

Em Benguela

- *I Curso de Mestrado em Direito dos Transportes* em colaboração com a Faculdade de Direito da Universidade Katyavala Buila (parte escolar) - de abril a dezembro de 2018 – **19 ALUNOS**

No Huambo

- *I Curso de Mestrado em Ciências Jurídico-Forenses (Civis e Criminais)* em colaboração com a Faculdade de Direito da Universidade José Eduardo dos Santos (parte escolar) - de abril a novembro de 2018 – **76 ALUNOS**

No Lubango

- *III Curso de Mestrado em Ciências Jurídicas* em colaboração com a Universidade Mandume Ya Ndemufayo (parte escolar) - de março a dezembro de 2018 – **28 ALUNOS**

II – CABO VERDE

Na Cidade da Praia

- *Curso de Pós-Graduação em Ciências Jurídico-Administrativas*, em colaboração com o Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais de Cabo Verde - de fevereiro a abril de 2018 – **59 ALUNOS**

V - GUINÉ-BISSAU

Em Bissau

- Coordenação e lecionação de várias disciplinas dos cursos de licenciatura em Direito e Administração Pública da mesma Faculdade - de outubro de 2017 a setembro de 2018 – **280 ALUNOS**
- *Curso de Pós-Graduação em Direito Penal* em colaboração com o a mesma Faculdade - de fevereiro a março de 2018 – **70 ALUNOS**

VI – ÍNDIA

Em Pangim (Goa)

- *XI Curso de Pós-Graduação «Diploma in Civil Law»* em colaboração com o Salgaocar College of Law, de Pangim - de janeiro a fevereiro de 2018 – **71 ALUNOS**

VII – MOÇAMBIQUE

Em Maputo

- *Curso de Mestrado em Direito do Comércio Internacional* em colaboração com a Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane (parte escolar) - de maio a setembro de 2018 – **21 ALUNOS**
- *Curso de Pós-Graduação em Arbitragem* em colaboração com a mesma Faculdade - (parte escolar) - de abril a setembro de 2018 – **8 ALUNOS**

Em Inhambane

- *Curso de Mestrado em Ciências Jurídicas (Direito Civil)* em colaboração com a Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo e a Faculdade de Ciências Sociais e Filosóficas da Universidade Pedagógica de Moçambique, Inhambane (parte escolar) - de abril a outubro de 2018 – **29 ALUNOS**

TOTAL DE ALUNOS: 660
TOTAL DE DOCENTES FDUL: 25

***[Proposta da Comissão Científica dos Estudos Pós-Graduados, apresentada ao
Presidente do Conselho Científico e ao Presidente do Conselho Pedagógico em
14.11.2017]***

**REGULAMENTO SOBRE FRAUDE ACADÉMICA NOS CICLOS DE ESTUDO DE MESTRADO
E DOUTORAMENTO DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA**

Artigo 1.º

Âmbito de aplicação

1. O presente regulamento é aplicável a todos os estudantes dos ciclos de estudo de mestrado e de doutoramento lecionados na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
2. O presente regulamento é ainda aplicável, no que respeita aos efeitos previstos no artigo 15.º, aos ex-estudantes dos ciclos de estudo de mestrado e de doutoramento lecionados na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Artigo 2.º

Princípio retor

O estudante de mestrado e de doutoramento é o único e exclusivo autor dos trabalhos académicos e das provas de avaliação apresentados e realizados nos ciclos de estudo de mestrado e de doutoramento lecionados na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, de acordo com os mais elevados padrões de ética académica.

Artigo 3.º

Código de Conduta e de Boas Práticas

O estudante de mestrado e de doutoramento da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa está sujeito à estrita observância do Código de Conduta e de Boas Práticas da Universidade de Lisboa, tal qual publicada no *Diário da República*.

Artigo 4.º

Regulamento disciplinar dos estudantes da Universidade de Lisboa

1. Sem prejuízo do disposto no presente regulamento, o estudante de mestrado e de doutoramento da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa está sujeito ao Regulamento disciplinar dos estudantes da Universidade de Lisboa.
2. A identificação de situações susceptíveis de constituir infração disciplinar à luz do Regulamento disciplinar dos estudantes da Universidade de Lisboa é comunicada ao Diretor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa para os efeitos previstos naquele Regulamento e no Regulamento disciplinar dos estudantes da Universidade de Lisboa.

Artigo 5.º

Fraude académica, infração disciplinar e infração criminal

1. Sem prejuízo do regime específico aplicável, designadamente nos termos do do presente Regulamento, as situações de fraude académica consubstanciam infração disciplinar.
2. As infrações que integrem ilícitos criminais são objeto de participação, nos termos legais, às autoridades competentes.

Artigo 6.º

Conceito de fraude académica

1. Para efeitos do presente regulamento, entende-se por fraude académica o comportamento culposo do estudante em trabalhos académicos ou em provas de avaliação, por ação ou omissão, que viole o princípio retor consagrado no artigo 2.º ou que seja susceptível de desvirtuar o resultado académico pretendido, em benefício próprio ou de terceiro.
2. Considera-se também fraude académica o comportamento referido no número anterior adotado com o objectivo de prejudicar terceiros.



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

Artigo 7.º

Situações específicas de fraude em trabalhos académicos

Constituem situações de fraude em trabalhos académicos as previstas, genericamente, no artigo 6.º e, especificamente, as seguintes:

a) A realização de atos de plágio, entendendo-se que este consiste na apresentação de trabalho alheio como próprio, abrangendo, designadamente:

(i) Situações em que, sem a menção dos autores, se realizem paráfrases de textos alheios, ainda que do domínio público, com a mera substituição ou mudança de palavras;

(ii) Situações em que se juntem, em trabalhos próprios, partes significativas de trabalhos de outros autores, ainda que do domínio público, sem os identificar,

(iii) Situações em que, ainda que sejam identificadas as fontes, o trabalho não integre uma componente pessoal relevante;

(iv) Situações em que são traduzidos ou parafraseados textos de outra língua para a utilizada no trabalho académico;

(v) Situações em que são utilizadas ideias de outra pessoa sem referir a fonte;

(vi) Situações de cópia da Internet, sem indicação da fonte e do processo.

b) A realização de atos de auto plágio, entendendo-se que este consiste na apresentação repetida do mesmo trabalho ou de porções importantes de trabalhos anteriores sem a adição de material significativamente novo, feita com o propósito de o fazer passar como trabalho novo e original;

c) O recurso a terceiros para a feitura, total ou parcial, de trabalhos académicos;

d) A realização, a pedido de terceiro ou para terceiro, total ou parcialmente, de trabalhos académicos;

e) O fornecimento, a título gratuito ou oneroso, de um trabalho que saiba que outrem vai apresentar, total ou parcialmente, como seu;

f) A apresentação selectiva de resultados, para publicação ou não, com omissão voluntária de resultados indesejáveis;

g) A interpretação de resultados de investigação negligente ou deliberadamente falsa;

h) A distorção intencional de métodos para fundamentar conclusões;

i) A inclusão de referências não consultadas ou inventadas;

j) A corrupção ou utilização de influências para a alteração de classificações obtidas ou para assegurar certos resultados.

Artigo 8.º

Situações específicas de fraude em provas de avaliação

1. Constituem situações de fraude em provas de avaliação as previstas, genericamente, no artigo 6.º e, especificamente, as seguintes:

a) As situações previstas nas alíneas a) a j) do artigo 7.º, com as necessárias adaptações;

b) O falseamento de provas de avaliação,

(i) através da utilização de elementos não permitidos, designadamente livros, apontamentos ou cábulas;

(ii) através do recurso a informações de terceiros;

(iii) através da utilização de meios complementares de ajuda, designadamente computadores, telemóveis ou outros recursos;

(iv) através da realização de prova com prévio conhecimento do enunciado da mesma.

(v) fazendo-se passar por terceiro bem como permitindo que outrem se faça passar pelo próprio.

2. Constitui ainda fraude académica a utilização de declarações ou de certidões não correspondentes à realidade, com o objectivo de conseguir um efeito favorável,

Artigo 9.º

Medidas de prevenção

1. Durante a realização de provas de avaliação é vedada aos estudantes qualquer tipo de comunicação com os demais estudantes que, direta ou indiretamente, permita recolher ou facultar informação.

2. Durante a realização de provas de avaliação, é proibida a utilização de qualquer tipo de tecnologia que permita recolher ou facultar informação.

3. Os trabalhos escritos dos estudantes, incluindo dissertações de mestrado e teses de doutoramento, devem ser acompanhados de uma declaração de honra assinada, garantindo que o texto apresentado é original e próprio, que não praticou qualquer tipo de fraude académica e que conhece o presente Regulamento bem como o Regulamento disciplinar dos estudantes da Universidade de Lisboa.

Artigo 10.º

Identificação de situação de fraude académica

1. A identificação confirmada de uma situação de fraude académica tem como consequência direta a ineficácia do trabalho académico ou prova de avaliação realizada, sem prejuízo da sanção disciplinar que seja aplicável nos termos do Regulamento disciplinar dos estudantes da Universidade de Lisboa.
2. Sendo a fraude académica detetada antes ou no decurso de trabalho académico ou de prova de avaliação, o mesmo é objeto de imediata suspensão.

Artigo 11.º

Procedimento do Docente após identificação de situação de fraude académica

1. O docente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa que identifique uma situação suscetível de constituir fraude académica, comunica-a de imediato ao estudante para efeitos do disposto no artigo 10.º.
2. No dia útil subsequente à comunicação referida no número anterior, o docente comunica ao estudante, por via eletrónica, a fundamentação da medida tomada, com conhecimento para o Diretor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e para o Professor Coordenador dos Estudos Pós-Graduados.
3. O prazo para a comunicação referida no número anterior é de 5 dias úteis quando o trabalho objeto de fraude académica seja um relatório de um curso de especialização do mestrado ou de um curso de doutoramento.
4. Sendo a identificação de fraude académica reportada a uma dissertação de mestrado ou tese de doutoramento já entregue, é seguido o procedimento referido nos artigos 13.º e seguintes.

Artigo 12.º

Procedimento subsequente após identificação de situação de fraude académica

1. Comunicada a identificação de fraude académica, nos termos do artigo anterior, o estudante tem, respetivamente, 24 horas e 5 dias úteis para apresentar, querendo, a sua defesa académica, a dirigir ao Professor Coordenador dos Estudos Pós-Graduados, com conhecimento para o Diretor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

2. No dia útil subsequente ao da apresentação de defesa académica, o Professor Coordenador dos Estudos Pós-Graduados nomeia um júri que integra um membro da Comissão Científica dos Estudos Pós-Graduados, um Professor da área científica em que se integra o trabalho académico ou prova de avaliação e um Professor de outra área científica.
3. O júri designado ouve o docente que identificou a situação suscetível de constituir fraude académica e o estudante, podendo, se entender necessário, promover outras diligências.
4. No prazo máximo de 5 dias úteis após a constituição do júri, este delibera, sendo a decisão comunicada ao estudante, ao docente que identificou a situação suscetível de constituir fraude académica, ao Professor Coordenador dos Estudos Pós-Graduados e ao Diretor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
5. Da deliberação tomada cabe recurso para o Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
6. As situações de fraude académica a que se refere o artigo 8.º do presente regulamento são decididas pelo Professor Coordenador dos Estudos Pós-Graduados, após ouvir o docente que identificou a situação suscetível de constituir fraude académica e o estudante, cabendo recurso da sua decisão para o Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Artigo 13.º

Procedimento após identificação de situação de fraude académica em dissertação de mestrado ou tese de doutoramento antes de provas públicas

1. O docente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa que identifique uma situação suscetível de constituir fraude académica em dissertação de mestrado ou tese de doutoramento entregue comunica-a de imediato ao Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
2. Nos cinco dias úteis subsequentes à comunicação referida no número anterior, o Presidente do Conselho Científico nomeia uma comissão para análise da situação com conhecimento para o Diretor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e para o Professor Coordenador dos Estudos Pós-Graduados; nas situações em que já tenha sido constituído júri, a comissão é composta pelos respectivos membros que sejam Professores da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

3. No prazo de 30 dias após a comunicação referida no número anterior, a comissão, tendo presente, em particular, a comunicação feita e o parecer do Professor Orientador, delibera sobre a alegada situação de fraude académica.
4. Concluindo a comissão no sentido da existência de fraude académica, é emitido um parecer fundamentado, o qual é comunicado ao estudante.
5. Nos 30 dias subsequentes à receção do parecer fundamentado referido no número anterior, o estudante pode contestar, fundamentadamente, o parecer sobre fraude académica.
6. O parecer referido no número 4 e a contestação referida no número anterior são submetidos na primeira reunião do júri de mestrado ou de doutoramento, sendo, então, a questão da fraude decidida em termos definitivos como questão preliminar.

Artigo 14.º

Procedimento no caso de identificação de situação de fraude académica em dissertação de mestrado ou tese de doutoramento, no decurso de provas públicas

1. Nas situações em que uma situação de possível fraude académica seja identificada no decurso de provas públicas de discussão de dissertação de mestrado ou tese de doutoramento, a mesma é comunicada no ato ao estudante, sendo a sua defesa valorada na deliberação final do júri.
2. Na situação referida no número anterior, o júri pode optar, fundamentadamente, por se abster de classificar a dissertação ou tese em termos de mérito, com fundamento em fraude académica.

Artigo 15.º

Procedimento no caso de identificação de situação de fraude académica em dissertação de mestrado ou tese de doutoramento após a atribuição de grau

1. Nas situações em que uma situação susceptível de constituir fraude académica seja identificada após a prestação de provas públicas de mestrado ou de doutoramento, a mesma é comunicada pelo Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa ao Reitor da Universidade, tendo em vista a promoção da retirada do grau concedido, nos termos legais e regulamentares aplicáveis.



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

2. A comunicação referida no número anterior é instruída com parecer fundamentado elaborado por comissão designada pelo Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e com documento que incorpore a posição que tenha sido tomada pelo mestre ou doutor relativamente a cujos trabalhos académicos haja fundada suspeita de fraude académica.

Artigo 16.º

Relatórios de estágio

O disposto no presente regulamento relativamente a dissertações de mestrado é aplicável, com as necessárias adaptações, a relatórios de estágio feitos ao abrigo do disposto no artigo 38.º do Regulamento do Mestrado e do Doutoramento.

Artigo 17.º

Procedimento disciplinar

As decisões sobre fraude académica são comunicadas ao Diretor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa para efeitos de instauração de procedimento disciplinar e, quando seja o caso, de participação criminal.